Entrevista

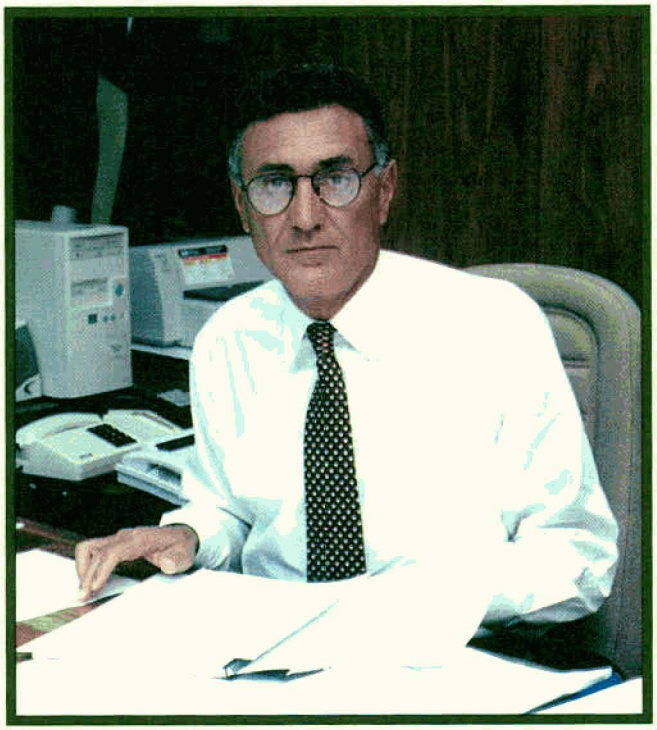
Concedida a Cintia Sasse

"A cultura da abundância levou à acomodação"

O secretário de Recursos Hídricos Paulo Afonso Romano defende que o dinheiro pago pela água usada como insumo seja aplicado na melhoria da qualidade das bacias hidrográficas.

▪ *A sociedade brasileira já despertou para a gravidade do problema da água no país?*

— Sempre tratamos a água como um recurso natural renovável e abundante. Aqui, mais do que em outros países, essa é uma visão arraigada. O Brasil é o país mais rico em água doce no mundo, com 8% das reservas mundiais, mas isso é uma falácia no sentido pragmático. Por quê? Porque a maior parte dessa água, cerca de 70%, está na bacia Amazônica onde vivem 7% da população brasileira. Ou seja, a fartura vale para a Amazônia mas não para o restante do país: 93% da população brasileira detêm os outros 30%. É importante também que se analise a água não só em quantidade mas em qualidade. Em algumas cidades há esgotos correndo nos leitos de antigos córregos e as pessoas continuam tratando aquilo como água. Ela não serve para beber, tomar banho, criar peixe ou irrigar. Se não cumpre essas funções não é mais água. Esse é um sentido prático muito importante para refletirmos sobre sua oferta. Não é abundante e não é renovável nos locais onde é requerida. Ainda assim pode-se dizer que o país não é pobre em água, mas jamais a ponto de sustentar essa cultura da abundância que nos levou ao desperdício e à acomodação. Portanto, ela passa a ser geradora de atitudes deletérias e predatórias.



Romano: a água é um bem de todos.

▪ *Exemplo ilustrativo desse comportamento não é lavar calçadas e ruas da cidade? Em alguns países da Europa quem faz isso é multado.*

— Usar água como vassoura poderia ser admitido em alguns casos, não fosse a água tratada que sai da torneira. O grande absurdo é esse. Se alguém captar a água de chuva ou reutilizar a do seu prédio ou casa para lavar a calçada ou regar o jardim é até razoável. Porque é uma maneira inteligente de economizar a água tratada, de maior valor, para usos mais nobres. A novidade na discussão sobre a água no Brasil, que está na Lei 9.433, é exatamente a perspectiva de que é um recurso finito e vulnerável.

▪ *Como assim?*

— Quando se fala que os rios estão secando é porque está se tirando muita água deles? Não. É porque não se teve o cuidado de fazer conservação de solo e sem isso não há conservação de água, seja nas áreas urbanas onde há procedimentos inadequados na ocupação territorial, seja na área rural onde há muita erosão. Esse é também um conceito novo da lei: a gestão do solo e a da água são indissociáveis. E por que se considera um recurso vulnerável? Porque sendo uma substância tão simples como é, sendo um diluente de inúmeros produtos, ela oferece sua capacidade de vida para a limpeza de nossas grandes mazelas ambientais, sociais, culturais e políticas. Exemplo claro disso é que nunca tivemos a cultura de tratar esgoto. Apenas 10% dos esgotos urbanos gerados pela população brasileira são adequadamente tratados. Isso é um pouco também daquele vício da nossa cultura política de que obra enterrada não dá voto. De modo geral, as pessoas não consideram como um dos usos da água a diluição e o transporte do esgoto. Na verdade, é um uso duplo e o mais perverso deles. Por quê? A água oferece a vida que nela existe como corpo para limpar essa nossa sujeira.

▪ *Que ações podem mudar a cultura do desperdício?*

— A mais importante delas na minha opinião são os fundamentos de um processo de gestão, onde passamos a considerar a água um bem eco-

nômico e como tal passível de pagamento por seu uso. Existe uma lógica muito forte nisso: primeiro a água é um bem de todos, assim o recomenda a própria natureza. A Constituição de 1988 acabou com o domínio privado dos corpos d'água previsto no Código de Águas de 1934. Ora, se a água é de todos e alguns a usam como insumo que vai gerar renda, lucro, acho natural que esse agente pague alguma coisa para que ela seja reposta. Não pagar ao setor público como imposto, mas fazer investimentos para melhorar a qualidade e a quantidade da água naquela mesma bacia hidrográfica. Esse é um outro conceito importante: toda referência que se faz para planejamento e gerenciamento de recursos hídricos tem como unidade a bacia hidrográfica.

■ *O que está sendo feito para cobrar pelo uso da água?*

— Não é um processo simples, envolve a busca de cálculos em relação aos quais não temos nenhuma experiência no Brasil. São situações díspares que variam de bacia para bacia e do tipo de uso: quanto cobrar pelo metro cúbico de água que vem do açude lá no Nordeste, ou quanto cobrar pelo metro cúbico de um irrigante que tira de uma bacia de água farta, ou quanto cobrar de uma indústria que devolve a água limpa e tratada.

■ *Seria o caso de uma indústria de celulose, altamente poluidora, que pagará menos se devolver a água limpa?*

— Exatamente. É uma maneira de estimular o setor industrial a buscar alternativas de economia de água e de tecnologias mais limpas, que sujem menos a água. Ou seja, a introdução do conceito de valor econômico da água tem antes de mais nada um forte sentido pedagógico. No Brasil existe uma perda da ordem de 40% entre a água tratada e o valor faturado. Metade disso é perda física decorrente de má operação, tecnologia inadequada, má conservação das redes de distribuição. Os outros 20% restantes são perdas de caráter gerencial, administrativo, fraude (gente que retira água clandestinamente). No mundo inteiro ocorre perda, mas o Brasil está entre os que lideram esse triste *ranking*.

■ *O senhor falou em sentido pedagógico....*

— Isso mesmo. Quando se estabelece o pagamento de algum valor pela água bruta, ninguém deve ficar preocupado se isso vai aumentar imediatamente a sua conta. Atualmente os consumidores pagam por ter água tratada em casa ou negócio. O que se quer é uma mudança de atitude. No caso da irrigação, que é o setor que mais consome água proporcionalmente, a Universidade Federal de Viçosa fez uma avaliação bastante ilustrativa desse desperdício.

■ *O valor do desperdício nesse tipo de irrigação é muito alto. A Secretaria está tomando alguma providência para orientar os produtores?*

— Sim. Também com a Universidade Federal de Viçosa a Secretaria desenvolveu o Sisda, que é um programa de computação de apoio ao processo de manejo de água para irrigação, onde se busca aferir para o produtor a quantidade ideal de água que ele deve oferecer para a planta em determinado momento, dependendo de vários fatores: umidade do ar, umidade do solo, tipo de solo, tipo de planta, fase de crescimento da planta etc. (ver matéria "As águas da agricultura", na pág. 27). O objetivo é que ele reduza o desperdício obtendo o melhor ganho econômico e evitando – isso é importante – perdas ambientais. Não se deve esquecer que o excesso de água na irrigação aumenta o risco de elementos solúveis, inclusive nutrientes, que custam caro, ficarem indisponíveis pela planta, reduzindo sua produtividade. Outra conseqüência danosa é a possibilidade de poluir os lençóis freáticos, o que acontece muito. Infelizmente ainda existe em algumas regiões do Brasil a visão de que irrigar é substituir a chuva, é molhar a terra. Mas não é. A irrigação é uma tecnologia que muda todo o perfil gerencial da cultura irrigada.

O Brasil é *o país mais rico em água doce no mundo, com 8% das reservas mundiais. Mas isso é uma falácia no sentido pragmático porque a maior parte dessa água está na bacia Amazônica, onde vivem apenas 7% da população brasileira.*

■ *O* software *já está disponível para o produtor? Há recomendações para cada tipo de irrigação?*

— O programa deve ser lançado ainda este mês (março). Indica a quantidade de água que o produtor precisa para a sua região e para qualquer tipo de irrigação. Mas isso de modo geral. O produtor é que vai fazer as adequações conforme as condições locais ou regionais do projeto, ou da fazenda. Estamos trabalhando usos específicos, como por exemplo para o café no Cerrado, que está se tornando cada vez mais uma cultura irrigada. O café é plantado nas chapadas, onde a água é por natureza escassa. Há muitas nascentes, mas pouca água. Então, já se estudou todo o complexo da fisiologia do café, do plantio à colheita. Levaram-se em consideração todas as fases da planta, processos produtivos, solos e condição média do clima existente nos cerrados. A mesma coisa já está sendo desenvolvida para a fruticultura no semi-árido, onde a água é mais escassa e a atividade é a opção mais nobre para a geração de emprego e renda na região.

■ *Algum estado já começou a cobrar pelo uso da água?*

— O único que começou efetivamente foi o Ceará. O estado já criou uma companhia de gerenciamento de recursos hídricos. O governo tem uma boa tradição nessa área até porque a maior parte do seu território está no semi-árido. No entanto é bom lembrar que o Ceará tem parâmetros menos complexos do que algumas bacias do Centro-Sul, porque lá, de um modo geral, as águas são provenientes de um determinado reservató-

rio, têm um número menor de usuários e de tipos de uso. O importante é que o processo se inicia, dentro desse novo modelo de gestão do setor de recursos hídricos. Depois de um ano de aprovação da lei, já foram organizados 15 comitês de bacias importantes.

▪ *Isso significa que a nova lei das águas já começou a sair do papel?*

— De certo modo sim. O processo de organização para a cobrança é lento, não é uma coisa de curtíssimo prazo. O conceito de quando e do que pagar vai ser naturalmente trabalhado dependendo da pressão do consumo naquela bacia hidrográfica. É muito mais complicado instituir esse sistema em bacias como a do Paraíba do Sul, no eixo Rio—São Paulo, onde existe o maior complexo urbano e industrial do país, a do rio das Velhas, que pega a região metropolitana de Belo Horizonte e algumas áreas da bacia do São Francisco.

▪ *A lei cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O senhor pode explicar como isso vai funcionar?*

— Já começamos a elaborar um Plano Nacional de Recursos Hídricos como está previsto na lei. Ele vai atualizar e consolidar os chamados planos diretores de recursos hídricos, organizados por bacia ou por um conjunto de bacias. Já existem 32 planos diretores. Eles orientam o processo de gerenciamento propriamente dito, baseado nos comitês de bacia, que são um colegiado. Nós os chamamos de parlamento das águas, onde a sociedade estará representada para discutir o futuro daquela bacia tendo em vista a questão da água.

▪ *O senhor pode exemplificar?*

— Vamos tomar a bacia do Paraíba do Sul. Durante o ano de 1996 e parte do de 1997 discutimos com Rio, São Paulo e Minas Gerais as bases para a constituição desse comitê, para que fosse representativo da sociedade, incluindo governos municipais, estaduais e federal, grandes grupos de usuários como indústrias, companhias de água e saneamento, agricultura, ONGs e assim por diante. Agora estamos verificando que, instalado o comitê, precisamos passar as informações que existem sobre a bacia, como as que foram geradas pelo programa de cooperação técnica entre o Brasil e a França, que está em operação há alguns anos. De posse dessas e de outras informações o comitê irá elaborar sua agenda de trabalho, sempre na perspectiva de que o processo de gestão deve ser descentralizado, participativo e democrático.

▪ *É esse comitê de bacia que vai definir as prioridades para o uso da água?*

— Não só as prioridades, mas também vai ser o elemento de harmonização dos interesses. A única prioridade determinada pela lei, em caso de escassez, é água para o consumo humano e para saciar a sede dos animais. Fora isso, a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Daí a necessidade de se dirimirem os conflitos. Vamos imaginar que em uma determinada bacia dois empreendimentos, um turístico e um agroindustrial, estejam pleiteando a água disponível. Diante dessa situação caberia ao comitê de bacia discutir o que fazer. É a sociedade decidindo o que fazer. Pode ser que a avaliação recomende manter ali um turismo ecológico ou conclua que a agroindústria é mais importante para o desenvolvimento da região. O plano diretor vai dar essa indicação, mas a decisão política cabe ao comitê. É bom salientar que hoje temos uma infinidade de conflitos não aparentes. Particularmente, na minha forma transparente de ver as coisas e trabalhar democraticamente, acho importante não termos medo de fazer aflorar os conflitos. Só assim eles poderão ser resolvidos.

A única prioridade *determinada pela lei, em caso de escassez, é água para o consumo humano e para saciar a sede dos animais. É importante deixar aflorar os conflitos. Só assim eles poderão ser resolvidos.*

▪ *Mas o uso da água para gerar energia elétrica tem predominado sobre os demais. Como fica isso agora?*

— O princípio de uso múltiplo da água quebra essa indesejável hegemonia de um setor usuário sobre os demais. Tudo tem que ser discutido e harmonizado. As grandes hidrelétricas geralmente estão em rios que banham mais de um estado ou que fazem fronteira com algum país vizinho, portanto são águas de domínio da União. O governo federal estará representado nos comitês dessas bacias e a discussão será aberta. No caso de ele propor a construção de uma nova usina terá de ter argumentos convincentes que justifiquem a prioridade. Enquanto os comitês não estiverem organizados, obviamente não se irá parar o processo de desenvolvimento do país. Aí a alternativa usada são as audiências públicas. Aliás, os planos diretores são submetidos a essas audiências, na sua formulação, exatamente para a sociedade participar e levantar questões.

▪ *E qual vai ser o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, nesse processo?*

— A Secretaria de Recursos Hídricos é responsável por toda a outorga de direito de uso que não seja para o aproveitamento hidrelétrico. No caso das autorizações ou concessões de competência da Aneel haverá um trabalho conjunto. A lei prevê que a outorga e a utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Portanto, antes de qualquer outorga, a Agência ouvirá a Secretaria para saber que tipo de comprometimento poderá haver, quais os projetos alternativos. Porque a bacia é uma só. Se o processo é de uso múltiplo, não se pode fazer nada isoladamen-

te, sob o risco de conflitos futuros. Ou seja, a gestão para ser eficaz tem que ser compartilhada.

▪ *Como vai funcionar a outorga de direito de uso dos recursos hídricos?*

— A outorga é o principal instrumento de organização do processo de gestão dos recursos hídricos, porque se a água não é propriedade de ninguém as pessoas que a usam o farão por uma outorga do direito de uso. O título que a pessoa vai ter é um direito de uso, através de uma autorização, concessão ou permissão do poder público. Essa outorga vai definir a quantidade de água e as condições segundo cada projeto. É um sistema novo. Ele terá todo um cadastro de usuários. Mas, de novo, tudo isso vai depender da situação de cada bacia.

▪ *Além dos comitês de bacia, a nova lei de recursos hídricos cria as agências da água, um conselho nacional e conselhos estaduais. Como irá funcionar essa estrutura?*

— As agências da água são os braços executivos dos comitês de bacia. Elas vão gerir os recursos obtidos da cobrança pelo uso da água. Já os conselhos serão os grandes órgãos diretivos. Não foram concebidos para fiscalizar nem terão estruturas burocráticas. Serão colegiados encarregados de harmonizar, nos seus níveis, as linhas políticas para a gestão de recursos hídricos. O Conselho Nacional será a última instância administrativa para arbitrar os conflitos existentes entre os conselhos estaduais. Caberá a ele, entre outras atribuições, estabelecer os critérios gerais para a outorga de direitos de uso, para a cobrança da água e para a organização dos regimentos dos comitês de bacia. Ele será presidido pelo ministro do Meio Ambiente e terá representantes dos conselhos estaduais, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos. O decreto presidencial com os nomes das entidades que vão compor o conselho nacional deve sair ainda este mês.

O Proágua já *investiu R$740,9 milhões e tem projetado R$1,41 bilhão até 2001. A construção de cerca de mil quilômetros de adutoras no semi-árido do Nordeste deve possibilitar a irrigação de aproximadamente 108 mil hectares.*

▪ *E quais serão as atribuições dos conselhos estaduais?*

— Os estados têm suas próprias leis. É prerrogativa do plano federal legislar sobre água. Mas os estados estão evoluindo com suas regulamentações. Atualmente o Distrito Federal e mais 11 estados já têm suas leis: São Paulo, Ceará, Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará e Pernambuco. Alguns começaram antes mesmo da aprovação da lei federal, mas observando os parâmetros estabelecidos no projeto de lei que tramitava no Congresso. Todos os outros estados estão se mobilizando com projetos de lei em andamento, com uma articulação não só do ponto de vista legal, mas também de formação de uma competência técnica e gerencial para essa questão de água. Inclusive a Secretaria tem dado apoio através do programa para o fortalecimento institucional a todos os estados que o estejam requerendo.

▪ *O modelo desse novo sistema de gestão foi formulado para funcionar de baixo para cima, a partir dos comitês de bacia.*

— Isso mesmo. Pode ser um comitê pequeno de uma microbacia ou de uma sub-bacia e aí sim o processo de decisão vai se formando, sempre tendo como unidade a bacia hidrográfica. O conjunto de comitês de sub-bacias poderá formar a pauta de um comitê maior. Mas em todos os casos sob o manto da lei. Não havendo incompatibilidade dentro do conceito, quanto mais participativo melhor a gestão.

▪ *E a relação entre os comitês e os conselhos?*

— Não será burocrática. É uma relação de conceito que pressupõe a mudança de atitude das pessoas. Se o processo é por natureza democrático, quanto mais participação do cidadão houver melhor será a pauta do comitê, do público local, do estadual, do comitê de uma grande bacia, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do governo como um todo. Isso torna o processo eficaz. Vamos imaginar uma grande bacia que não tenha um problema especial, mas com uma sub-bacia que possa ter. Então possivelmente o comitê daquela sub-bacia será muito mais rigoroso do que qualquer outro. Eu diria que ele pode até mesmo existir independentemente do comitê de uma bacia maior.

▪ *Ao mesmo tempo em que essa nova estrutura está sendo organizada, a Secretaria vem mobilizando a sociedade. Quando começou o Movimento de Cidadania pelas Águas?*

— No meu discurso de posse tratei desse assunto com absoluta convicção, até mesmo pela minha experiência de 30 anos de vida pública, de que a sociedade brasileira ainda tem o vezo de esperar do governo mais do que pode fazer. Eu tinha a convicção de que a água é um recurso de alta capilaridade, difuso e com o qual não há opção de lidar adequadamente apenas pela lei, pelas normas, ou pela tecnologia, ou pela vontade do governo, mas pela vontade de cada pessoa, de cada cidadão em cada momento e lugar. O Movimento de Cidadania tem esse objetivo. Ele é iniciativa da Secretaria e busca trabalhar com leveza. Não é um movimento acusatório e nem quer induzir as pessoas a se sentirem culpadas pelo que está de errado. Mas é fortemente indutor de mudança de atitude, sempre mostrando que cada um pode e deve fazer a sua parte. É portanto um programa de comunicação de massa, de mobilização de pessoas e de cada cidadão em cada momento, a seu modo. Por exemplo, um projetista que estiver preocupado com a questão da água num deter-

minado prédio vai procurar tecnologias poupadoras de água. O pesquisador pode procurar no desenvolvimento de um produto o lado que racionalize o uso da água. A agroindústria pode buscar processos de produção que economizem água ou possibilitem a sua reutilização.

▪ *A Secretaria de Recursos Hídricos está estimulando o plantio direto na agricultura, através da criação dos chamados Clubes dos Amigos da Terra. Isso também foi em decorrência da lei?*

— O plantio direto é uma técnica de manejo integrado de solo e água. O que se encaixa perfeitamente no que prevê a lei. Quem faz um bom manejo de solo automaticamente está conservando água. Por isso mesmo estamos colaborando com os produtores que se agrupam para trocar experiências sobre o plantio direto. Além de livros, artigos, encontros, ciclos de palestras, a Secretaria está ajudando principalmente na articulação entre os produtores, as indústrias de equipamentos e insumos agrícolas, as universidades, a Embrapa e outras instituições de pesquisa. Tudo para cada um dar a sua parcela. Porque não adianta o produtor querer fazer o plantio direto, se não há bons equipamentos e produtos mais adequados a essa técnica. Um exemplo concreto é que há alguns anos não existia disponibilidade de equipamento para pequeno produtor fazer o plantio direto. Hoje temos até mesmo equipamento com tração animal. O primeiro Clube dos Amigos da Terra do Sul de Minas, na região de Alfenas, está utilizando equipamentos fabricados em Santa Catarina, que tem uma grande experiência em trabalhar com o pequeno produtor. No ano passado defendi uma proposta para que fosse reduzido à metade o custo do Proagro para quem trabalhasse com plantio direto. O governo aceitou a idéia e reduziu 25% o custo do Proagro, o que já é um avanço. Significa que as autoridades econômicas começam a reconhecer a vantagem ambiental de uma tecnologia como essa.

▪ *Outra preocupação da Secretaria é assegurar a oferta de água de boa qualidade para áreas carentes do país.*

— Esse é o programa mais importante da Secretaria, o de maior dimensão social. Chama-se Proágua. A maior parte dos investimentos da Secretaria vai para projetos de distribuição de água através de adutoras em regiões críticas, onde as fontes de abastecimento eram caminhões-pipa ou açudes com água suja. O Proágua começou há dois anos, já investiu R$740,9 milhões e tem projetado R$1,41 bilhão até o ano de 2001. As obras consideradas prioritárias, com a construção de cerca de mil quilômetros de adutoras principalmente no semi-árido do Nordeste, devem garantir um aumento na oferta de água de cerca de 10 milhões de metros cúbicos por ano e possibilitar a irrigação de aproximadamente 108 mil hectares. Esse programa deve beneficiar quase 5 milhões de pessoas. Para este ano, o investimento previsto é de R$403,6 milhões para tocar essas obras.

▪ *Os efeitos sociais desses investimentos já puderam ser avaliados?*

— Temos relatórios médicos indicando que em apenas um mês a ocorrência de casos de diarréia se reduziu em 30% depois da inauguração de uma adutora no município de Angicos, no Rio Grande do Norte. Em Cabaceiras, na Paraíba, a incidência de amebíase na população que era de 83% caiu para 22%.

Em apenas um *mês a incidência de casos de diarréia se reduziu em 30% depois da inauguração de uma adutora em Angicos, Rio Grande do Norte. Em Cabaceiras, na Paraíba, a incidência de amebíase na população que era de 83% caiu para 22%.*

No caso de comunidades que tomavam água salina a redução de hipertensão é imediata, além de trocarem o desconforto de tomar uma água que parece um purgante por uma água mineral. Estamos analisando esses impactos favoráveis sobre a saúde da população através de uma amostragem em cinco municípios nordestinos. Isso melhora a auto-estima das pessoas.

▪ *Que outras ações a Secretaria vem desenvolvendo?*

— Há trabalhos importantes associados com universidades, inclusive com a sociedade. São programas com funções mais específicas e muito nobres. Um deles é o projeto Água Boa. Coletamos toda experiência brasileira em dessalinização de água, reforçada com experiências de outros países, para mostrar a importância da água de beber e cozinhar. Não é dessalinizar água para grandes usos, porque esse processo ainda é muito caro, mas para pequenas comunidades. Outro é o programa Adote uma Bacia, que é importantíssimo. É uma proposta leve em que pessoas ou instituições adotariam, no mesmo sentido de se adotar uma criança, uma pequena bacia. E vão mobilizar a comunidade para ter ali água com a sua qualidade preservada ou recuperada. São ações locais.

Temos também a rede universitária de cooperação, que é um esforço para fazer com que setores de diferentes universidades se articulem entre si para troca de competências. Chama-se Uniáguas e já reúne 12 universidades. Buscamos entrosar universidades na formulação dos planos diretores. Isso está sendo feito de várias maneiras, como visitas e trabalhos em comum – quando uma tem melhor competência em uma área e já possui resultados interessantes. A dessalinização é um exemplo típico. A Universidade de Campina Grande, na Paraíba, já fez treinamento de monitores em outros estados para elaborar projetos e já trocou experiências com o pessoal que está discutindo outras questões relacionadas com a qualidade da água, como o problema do esgoto. São formas permanentes e quase informais para facilitar essa intercomunicação.